

2001 — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Experiência profissional:

Desde 2012 — coautora de livros, relatórios e artigos jurídicos sobre simplificação e modernização administrativa e legislativa e regimes jurídicos de atividades económicas

Desde 2012 — formadora, consultora e docente em cursos relacionados com simplificação e modernização administrativa, regime jurídico de atividades económicas e contratação pública

De 2011 a 2015 — assessora do Vereador do Urbanismo na Câmara Municipal de Lisboa

De 2010 a 2011 — assessora do Ministro da Justiça

De 2009 a 2010 — assessora da Secretária de Estado da Modernização Administrativa

De 2008 a 2009 — adjunta do Secretário de Estado da Administração Interna

Desde 2003 a 2008 — responsável pelo departamento jurídico de uma empresa de obras públicas

Desde 2002 a 2003 — estágio profissional e exercício da advocacia
209246875

Despacho n.º 357/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos números 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunto do meu gabinete o licenciado em arquitetura João Raúl Pelágio Farinha.

2 — Fica o designado autorizado a exercer atividades compreendidas na respetiva especialidade profissional prestadas, sem caráter de permanência, a entes não pertencentes ao setor de atividade pelo qual é responsável o membro do governo respetivo, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 5.º do referido Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, o adjunto João Raúl Pelágio Farinha substitui a chefe do gabinete nas suas ausências e impedimentos.

4 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a partir de 1 de dezembro de 2015.

6 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supra citado decreto-lei, publique-se na segunda série do Diário da República e publicite-se na página eletrónica do Governo.

4 de dezembro de 2015. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

ANEXO

Nota curricular

Identificação

Nome: João Raúl Pelágio Farinha

Habilitações académicas:

2010 — Pós-graduação em Gestão de Projetos pelo ISEG — Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

2002 — Licenciatura em Arquitetura pela Universidade Lusíada de Lisboa

Experiência Profissional:

De 2012 a 2015 — Assessor do Vereador do Urbanismo na Câmara Municipal de Lisboa

De 2007 a 2015 — Consultor e formador na área de informática e projeto

Desde 2002 — Gestor e autor de projetos de edifícios, espaço público e urbanismo

209246518

Despacho n.º 358/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Adjunto do meu gabinete o licenciado em Direito João Manuel da Conceição Gonçalves, Técnico de Administração Tributária Principal da Autoridade Tributária e Aduaneira.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a partir de 01 de dezembro de 2015.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na segunda série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

4 de dezembro de 2015. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

ANEXO

Nota curricular

Identificação

Nome: João Manuel da Conceição Gonçalves

Habilitações académicas:

1989 — pós-graduação em Estudos Europeus pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

1988 — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Experiência profissional:

De 2011 a 2015 — jurista na Autoridade Tributária e Aduaneira
De 2009 a 2011 — chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

De 2005 a 2009 — chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro

De 1993 a 2005 — coordenador da Provedoria de Justiça

De 1992 a 1993 — adjunto do Provedor de Justiça

De 1989 a 1992 — jurista na Autoridade Tributária e Aduaneira
209246761

Despacho n.º 359/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de Secretária Pessoal do meu gabinete Cristina Maria Marques Lopes, Assistente Técnica da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 01 de dezembro de 2015.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

4 de dezembro de 2015. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

ANEXO

Nota curricular

Identificação

Nome: Cristina Maria Marques Lopes

Habilitações académicas:

12.º ano de escolaridade no Centro de Formação Profissional do Setor Terciário de Lisboa

Experiência profissional:

De 1983 a 1995 foi assistente técnica em organismos públicos na área do ambiente. De 1995 a 2011 fez parte do secretariado de diversos gabinetes ministeriais. No período compreendido entre 2002 e 2005 foi secretária pessoal do Presidente do Instituto dos Resíduos. De 2011 a 2015 exerceu funções de coordenadora do Secretariado do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

209246461

Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 360/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º e no n.º 7 do artigo 4.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012,